



Ficha 115 - A importância do diálogo na busca de soluções (LS -12)

Esta Ficha apresenta a primeira parte do "Agir" proposto pela Encíclica [Laudato Si](#), a qual destaca a importância do diálogo. Mesmo que as partes do "Ver" e do "Julgar", apresentadas nas Fichas anteriores, tenham identificado algumas ações que revelam as significativas mudanças na defesa da "casa comum", o Papa Francisco, no capítulo V, destaca que o diálogo entre a comunidade política internacional, nacional e local é de fundamental importância para a busca de soluções que contemplem o Bem comum. Segundo ele, é preciso buscar saídas fundamentadas em uma ecologia integral que conceba outra humanidade, capaz de se relacionar com todas as formas de vida, num sistema harmônico e equilibrado e que possa subverter a atual crise ecológica.

O diálogo sobre o meio ambiente na política internacional

O fato da globalização ter contribuído para consolidar a ideia de que o planeta é a "casa comum" e a humanidade, que nela habita, um único "povo", deve ser visto como positivo. Se o mundo é interdependente e global, também a busca por soluções para as grandes dificuldades ambientais e sociais, que atingem um grande número de pessoas em todo o mundo, deverá ser global. A Constituição Pastoral [Gaudium et Spes](#) já destacava, em 1965, que cabe à comunidade internacional promover a integração entre os países, principalmente na busca da superação dos conflitos políticos, econômicos e étnicos (GS, Cap V). Isso significa afirmar que não é de hoje a percepção de que grande parte dos problemas que atingem o mundo dizem respeito às decisões internacionais que devem ser tomadas pelos países que detêm poder econômico. É urgentíssimo construir um consenso mundial em torno de um modelo de desenvolvimento que seja integral e sustentável, que promova o bem estar a partir dos países pobres e periféricos, onde todos serão beneficiados.

No que diz respeito à ecologia, O papa lembra que já existe um princípio de consenso político e social sobre a necessidade do uso de energias renováveis; de uma necessária e eficaz gestão internacional de problemas comuns, como agricultura sustentável e diversificada; na aplicação dos recursos florestais ou na substituição dos combustíveis fósseis. Provam isso, as inúmeras Conferências Ambientais que, nas últimas décadas, proporcionaram um amplo debate público e internacional, o que muito contribuiu para despertar a consciência do movimento ecológico mundial e a criação de inúmeras organizações civis imbuídas da defesa de uma ecologia integral.

Infelizmente, porém, o mesmo não pode ser dito dos representantes políticos da comunidade internacional que participaram nas cúpulas mundiais que têm buscado saídas para as crises energéticas. Embora estes tenham, através de discursos, concordado que seus países têm sérias responsabilidades nas questões ecológicas, o simples assentimento desses representantes não tem garantido o efetivo comprometimento político e econômico assumidos nos acordos ambientais. As negociações internacionais não avançam pelo fato de que tais países continuam privilegiando seus interesses econômicos em detrimento do bem comum global. Em última análise, significa dizer que a palavra dada pelos representantes políticos Conferências não têm sido honrada pelos que, de fato, detêm o poder econômico.

Em função disso, o Papa apela para que se busque uma decisão ética, em que o social ocupe a primazia dada ao econômico, principalmente nos países alinhados com o capital. A necessária solidariedade entre todos os povos pede um modelo de desenvolvimento econômico que seja integral e integrador dos diferentes nações do globo. Nessa perspectiva, ele ainda sugere que se estabeleçam mecanismos para que os países em desenvolvimento possam ter acesso à transferência de tecnologias, assistência técnica e recursos financeiros para que formulem seus projetos de proteção ao meio ambiente. Tal consenso mundial fundado na solidariedade buscará estabelecer medidas e padrões reguladores globais, para que os bens comuns globais estejam a serviço de todos. Isso requererá uma organização e maturação das instituições internacionais mais fortes que deverão se

colocar a serviço do desenvolvimento econômico, político social e assim se tornarem “construtores da paz”, como destacou o Papa Paulo VI, na Encíclica [Populorum Progressio](#), 76.

O diálogo para novas políticas nacionais e locais

O papa Francisco adverte que, além de se identificar as responsabilidades entre os diferentes países, torna-se necessária a atenção às políticas nacionais e locais, no que diz respeito às responsabilidades ecológicas. Os governos devem preocupar-se em garantir o bem comum com metas a longo prazo, aprovando leis que promovam o respeito pelo meio ambiente, bem como o interesse dos pequenos produtores, preservando os ecossistemas locais. Ações como planejamentos, coordenações e mecanismos de controle precisam começar no respectivo território, na busca de práticas que tragam novos caminhos e estímulos às iniciativas, tanto coletivas como pessoais. Na medida em que os cidadãos exerçam o seu poder político com responsabilidade, contribuirão para combater possíveis danos ambientais causados por políticos inescrupulosos.

O crescimento a curto prazo, resultado de uma política com foco nos resultados imediatos, eleitoreiros e dirigida ao consumo, torna difícil ao poder político a criação de uma agenda ambiental integral. A sociedade, através de organizações não governamentais e associações, deverá exercer pressões junto a governos e instituições para combater os danos ambientais, controlar as legislações municipais e até fazer acordos com as populações vizinhas, unidas na mesma causa. Como afirma o [Documento de Aparecida](#), a Igreja na América Latina e no Caribe muito poderá contribuir para que essa agenda ambiental favoreça o diálogo entre a complexidade de culturas, como a urbana, a indígena, a afro-americana, a camponesa e a mestiça, no exame dos valores que desenvolvam o inter-relacionamento e reavivamento da esperança (DA, 56, 97).

Tendo sempre em vista a continuidade, que não se esgota em um governo, nos níveis nacional e local há sempre muitas possibilidades de ação, como: a promoção de poupança de energia e água; o desenvolvimento de uma economia de resíduos e reciclagem de materiais; a proteção de determinadas espécies de aves e animais; a programação de uma agricultura diversificada com a rotação de culturas. Para ações dessa natureza, muito tem contribuído no Brasil as Campanhas da Fraternidade da CNBB, que propõem mudanças de atitude, criação de consciência ecológica e atos concretos diante dos muitos problemas que afetam o meio ambiente.

Através do diálogo entre as comunidades e seus representantes junto ao poder público, da pressão que a população pode fazer para conseguir se fazer ouvir junto às instituições, será possível mudar a cultura política e livrá-la dos vícios, que não deixam viver os valores, a compreensão humanista e a responsabilidade que cabe a todos sobre a conservação e o cuidado da “casa comum”.

Para Refletir:

1. Qual a responsabilidade da comunidade política internacional, nacional e municipal diante das questões levantadas pela LS?
2. De que modo a sociedade civil pode contribuir para as questões ambientais?

Orientações para a Interação:

a) Você poderá discutir este texto, presencialmente, com seus amigos na comunidade.

b) Você poderá enviar sua opinião usando a caixa de comentários [do texto publicado](#).

c) Por fim, você poderá interagir no “[Ambiente Virtual de Formação](#)” da Arquidiocese.

Este texto está publicado no site: Ambiente Virtual de Formação <http://wp.me/p2Yr0V-3qW> onde você poderá fazer o download em PDF.

Aguarde a publicação da próxima ficha: 19 de Outubro de 2016 - Ficha 116: O serviço evangélico da política: diálogo e transparência (LS13)

[Acesse](#) o cronograma das próximas Fichas de Estudos.

Para colaborar com Equipe do AVF na produção e edição das Fichas, [acesse este link](#) ou escreva para avf@arquidiocesecampinas.com

Para receber as Fichas de Estudos e/ou outras publicações da Arquidiocese de Campinas, preencha o [cadastro](#).

Ao fazer uso deste texto, favor citar a fonte.